



## **Elementos de Crítica da Economia Política: Entrevista com Dr. Marcelo Dias Carcanholo**

Mario Soares Neto<sup>1</sup>

### **Resumo**

A presente entrevista com o professor Dr. Marcelo Dias Carcanholo, foi realizada entre os meses de maio e junho de 2020. O professor Carcanholo é vinculado à Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense e membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e Marxismo (NIEP-UFF). Nesta entrevista, abordamos questões relativas à crítica da economia política, teoria do valor-trabalho (TVT) de Marx, crises cíclicas e crise estrutural do capital. O debate sobre as categorias superexploração da força de trabalho e transferência de valor foi realizado no bojo de uma releitura crítica da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Ademais, um ponto chave do diálogo aqui proposto consistiu na aproximação entre superexploração e racismo estrutural. Ao longo do presente material, julgamos necessário realizar uma breve apresentação com o estabelecimento de aspectos biográficos acerca do nosso entrevistado, destacando algumas das suas principais publicações (entre livros e artigos). Realizamos a inserção de notas e referências bibliográficas com o objetivo de contribuir para que os leitores possam aprofundar os estudos sobre os temas elencados.

**Palavras chave:** Crítica da economia política, Teoria do valor de Marx, Teoria marxista da dependência (TMD), Racismo estrutural.

## **Elementos de Crítica de la Economía Política: Entrevista con Dr. Marcelo Dias Carcanholo**

### **Resumen**

La presente entrevista con el profesor Dr. Marcelo Dias Carcanholo, se realizó entre los meses de mayo y junio de 2020. El profesor Carcanholo está afiliado a la Facultad de Economía de la Universidade Federal Fluminense y miembro del Nucleo Interdisciplinario de Estudios e Investigaciones sobre Marx y el marxismo (NIEP-UFF). En esta entrevista abordamos temas relacionados con la crítica de la economía política, la teoría del valor trabajo (TVT) de Marx, las crisis cíclicas y la crisis estructural del capital. El debate sobre las categorías de superexplotación de la fuerza de trabajo y transferencia de valor se llevó a cabo en el marco de una reinterpretación crítica de la Teoría marxista de la dependencia (TMD). Además, un punto clave del diálogo aquí propuesto fue la aproximación entre superexplotación y racismo estructural. A lo largo de este material, creemos necesario hacer una breve presentación con el establecimiento de aspectos biográficos sobre nuestro entrevistado, destacando algunas de sus principales publicaciones (entre libros y artículos). Insertamos notas y referencias bibliográficas

<sup>1</sup> Mario Soares Neto – Advogado, Professor, Pesquisador. Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia – PPGD/UFBA. [mario.adv.soares@gmail.com](mailto:mario.adv.soares@gmail.com); [mario.soares@ufba.br](mailto:mario.soares@ufba.br)

cas con el fin de contribuir para que los lectores puedan profundizar sus estudios sobre los temas enumerados.

**Palabras clave:** Crítica de la economía política, Teoría del valor de Marx, Teoría marxista de la dependencia (TMD), Racismo estructural.

### **Critical Elements of Political Economy: Interview with Dr. Marcelo Dias Carcanholo**

#### **Summary**

The present interview with Professor Dr. Marcelo Dias Carcanholo, was held between the months of May and June 2020. Professor Carcanholo is affiliated to the Faculty of Economics of Fluminense Federal University and a member of the Interdisciplinary Center for Studies and Research in Marx and Marxism (NIEP-UFF). In this interview, we address issues related to the critique of political economy, Marx's theory of labor value (TVT), cyclical crises and structural crisis of capital. The debate on the categories of overexploitation of the workforce and transfer of value was carried out in the midst of a critical reinterpretation of the Marxist Theory of Dependence (TMD). In addition, a key point of the dialogue proposed here was the approximation between overexploitation and structural racism. Throughout this material, we believe it is necessary to make a brief presentation with the establishment of biographical aspects about our interviewee, highlighting some of his main publications (among books and articles). We inserted notes and bibliographic references in order to contribute so that readers can deepen their studies on the listed themes.

**Key words:** External debt, Baring Brothers, Argentina, Rosas, foreign intervention.

#### **1. Introdução: quem é Marcelo Dias Carcanholo?**

Marcelo Dias Carcanholo possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo (1993), mestrado em Economia pela Universidade Federal Fluminense (1996) e doutorado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Atualmente é Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense e membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e Marxismo (NIEP-UFF).<sup>2</sup>

Carcanholo exerceu a presidência da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), entre 2016 e 2018, e da Sociedade Latino-americana de Economia Política e Pensamento Crítico (SEPLA) entre 2014 e 2016. Participou do Grupo de Trabalho CLACSO Crisis y Economía Mundial (2016-2019).

<sup>2</sup> Ver: <http://www.niepmarx.blog.br/>

O nosso entrevistado é autor de inúmeros livros, artigos e outros trabalhos publicados em periódicos nacionais e estrangeiros.<sup>3</sup> Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Política, Economia Marxista e Desenvolvimento Econômico, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria do valor, teoria marxista, capitalismo, neoliberalismo, desenvolvimento e América Latina.

**Questão:** Do ponto de vista da economia marxista, que se fundamenta na perspectiva de crítica da economia política, a teoria do valor-trabalho (TVT) cumpre papel central no bojo d’*O Capital* de Karl Marx e ao longo de toda a sua obra. Na sua avaliação qual a importância da teoria marxista do valor-trabalho na atualidade?

**Marcelo Carcanholo:** O mero questionamento da teoria do valor-trabalho de Marx, como se ela estivesse ultrapassada e, no melhor dos casos, servisse apenas para entender o capitalismo em um determinado período histórico, já ultrapassado, explícita o profundo desconhecimento do significado da teoria do valor em Marx.<sup>4</sup>

Mais do que uma instância essencial dos preços das mercadorias, a essência da capacidade que as mercadorias possuem de serem trocadas umas por outras, a categoria valor em Marx tem um significado muito mais profundo do que lhe é atribuído pela economia política,

<sup>3</sup> Ver: CARCANHOLO, M. D. A Vulnerabilidade Econômica do Brasil: abertura externa a partir dos anos 90. *Aparecida: Idéias & Letras*, 2005, v.1. p.215; Dependencia, Superexplotación del Trabajo y Crisis: una interpretación desde Marx. *Madrid: Maia Ediciones*, 2017, v.1. p.184; Lei do Valor e a Economia Soviética: implicações para o debate sobre a transição In: *100 Anos Depois: a revolução russa de 1917.1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X*, 2017, v.1, p. 167-190; América Latina en el capitalismo contemporáneo. La nueva Dependencia In: *Uruguay y El Continente en La Cruz de los Caminos - Enfoques de Economía Política.1 ed. Montevideo: Inesur - COFE*, 2018, v.1, p. 29- 36; A Crise do Capitalismo Dependente Brasileiro In: *Dimensões da Crise Brasileira: dependência, trabalho e fundo público.1 ed.Fortaleza - Bauru: EDUECE - Canal 6 Projeto Editorial Praxis*, 2018, v.1, p. 23-55; Conteúdo e Forma da Crise Atual do Capitalismo: lógica, contradições e possibilidades In: *Introdução à Crítica da Economia Política.1 ed.Marília: Lutas Anticapital*, 2019, v.1, p. 347-370; Neoliberalismo y dependencia contemporánea: alternativas de desarrollo en América Latina In: *Neoliberalismo, Neodesarrollismo y Socialismo bolivariano. Modelos de desarrollo y Políticas públicas en América Latina.1 ed.Santiago: Ariadna Ediciones*, 2019, v.1, p. 33-50; Auge e Declínio dos Governos Progressistas na América Latina: Alternativas de Desenvolvimento na Atual Conjuntura. *Conjuntura: Uma Leitura Alternativa.* , v.7, p.11 - 14, 2017; Marx(ism) and Public Debt: Thoughts on the Political Economy of Public Debt. *Critique (Glasgow).* , v.45, p.303 - 317, 2017; Algumas implicações da exasperação historicista da teoria do valor de Marx por Moishe Postone. *Marx e o Marxismo.* , v.4, p.303 - 317, 2016. Ver também: CARCANHOLO, M. D.; CORREA, H. F. S. Uma Teoria da Superexploração da Força de Trabalho em Marx? Um Marx que nem mesmo ele tinha percebido. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política.* , v.44, p.9 - 30, 2016; A Dialética do Mercado Mundial e O Colonialismo Interno sob a Ótica da Teoria Marxista da Dependência. *Kallaikia.* , v.5, p.74 - 102, 2018.

<sup>4</sup> “A teoria do valor-trabalho de Marx tem sido submetida a uma intensa e sistemática crítica desde praticamente o seu surgimento, há mais de um século. Todo o esforço dirigido a mostrar seus supostos equívocos ou inconsistências, sem dúvida nenhuma, tem uma elevada motivação ideológica. E não é para menos. Como é óbvio, o que está por trás de toda a discussão e de toda fúria que sustenta tal esforço não é uma preocupação técnica sobre como se determinam os preços de mercado das mercadorias, mas a explicação da origem do lucro numa sociedade capitalista”. Ver: CARCANHOLO, Reinaldo. *Capital: essência e aparência*. Volume 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 17.

mesmo aquela que se baseia no valor-trabalho. Para esta última, o valor se confunde com o valor de troca, com os preços relativos e, portanto, uma teoria do valor se restringiria na determinação quantitativa dessa relação de troca.

Para Marx, a categoria valor é muito mais do que isso. Os seres humanos, na sociedade capitalista, se relacionam por intermédio da troca de mercadorias. As relações sociais no capitalismo não são diretas, mas intermediadas pela troca entre mercadorias, justamente a partir da equivalência (igualdade de valor) do trabalho abstrato, fundamento do valor. Sendo assim, o valor é o meio pelo qual as relações sociais se determinam (expressam) no capitalismo. Uma teoria do valor para Marx é uma teoria sobre as relações sociais capitalistas. A teoria do valor é, assim, a teoria sobre o capitalismo.

Desde o ponto de vista de Marx, portanto, a teoria do valor não poderia ser mais atual. O capitalismo contemporâneo só é inteligível a partir de uma sólida teoria do valor. Isto vale mesmo para aqueles que defendem uma teoria do valor-utilidade. Esta última é a base teórica para um tipo de compreensão (a neoclássica) de como funciona o capitalismo. Para Marx, ao contrário, a descoberta de que o trabalho humano (no capitalismo) é a substância, o fundamento do valor, lhe permite ter a teoria do valor-trabalho como a base de sua teoria sobre o capitalismo. Ela continua atual justamente porque o capitalismo, infelizmente, também é atual.<sup>5</sup>

**Questão:** A teoria do valor-trabalho de Marx é uma teoria dos fundamentos da riqueza da sociedade capitalista, que tem como base o processo de exploração da força de trabalho e produção da mais-valia (mais-valor). Você poderia nos auxiliar na compreensão acerca das diferenças entre a mais-valia absoluta, mais-valia relativa e mais-valia extraordinária?

**Marcelo Carcanholo:** Para Marx, o valor é o dinheiro em sua determinação mais abstrata, e este, por sua vez, é o capital em sua determinação mais abstrata. Quando o valor se torna sujeito, já se desdobra em dinheiro, vide o desenvolvimento das formas do valor até sua deter-

<sup>5</sup> Recusando veementemente uma leitura ricardiana de Marx, Reinaldo A. Carcanholo afirmou: “[...] a teoria marxista do valor é o núcleo central da teoria econômica deste autor. A teoria do capital e a mais-valia, a acumulação, a circulação, a rotação e a reprodução do capital, a distribuição da mais-valia entre lucro do capital produtivo, lucro comercial e juros, e finalmente, a teoria da renda fundiária – temas contidos n’O Capital – são aspectos necessários do que, para Marx, é a teoria do valor. É por isso que o debate sobre ela é, na verdade, a discussão sobre toda a teoria econômica marxista. Assim, não há de nossa parte redução da teoria de Marx à teoria do valor; ao contrário, o que há é uma redução da teoria do valor por partes de seus intérpretes ou críticos, que não conseguem visualizá-la em toda a sua integralidade”. Ver: CARCANHOLO, Reinaldo. *Marx, Ricardo e Smith: sobre a teoria do valor trabalho*. Vitória (ES): EDUFES, 2013, p. 16-17.



minação mais concreta na forma-dinheiro. Quando este se torna sujeito, início e fim, finalidade do processo, já se desdobra em capital ( $D - M - D'$ ). Se a riqueza na sociedade capitalista (mercadoria) se distingue pelo valor, a teoria do valor (trabalho) é a teoria do capital, em suas determinações mais abstratas.

Quando da circulação de mercadorias capitalista ( $D - M - D'$ ), e lembrando a troca de equivalentes como norma social das trocas, das relações sociais capitalistas, o capital explicita uma de suas contradições: como é possível valorizar (capital) o valor mantendo a troca de equivalentes? O próprio capital “soluciona” essa contradição a partir da dialética da mercadoria força de trabalho. Como nesta, e em todas as mercadorias, o valor é contrário ao valor de uso, o capital paga o valor da força de trabalho e se apropria do resultado do consumo do seu valor de uso (jornada de trabalho), podendo, portanto, produzir um valor a mais, mais-valia, mesmo a partir da troca de equivalentes.

A jornada de trabalho, em termos de produção de valor, se divide, como consequência, na parcela que repõe o que o capital gasta ao pagar da força de trabalho (trabalho necessário) e na que lhe permite produzir a mais-valia (trabalho excedente). Exploração em Marx não significa que se pague à força de trabalho menos do que vale. Ao contrário, é porque se paga o que vale que se possibilita a produção da mais-valia, em que pese o fato de que na realidade mais concreta do capitalismo, os salários possam (e devem) divergir do valor da força de trabalho.

Como o capital deve, permanentemente, valorizar crescentemente o valor, exige-se a expansão da produção (e apropriação) da mais-valia. Há, portanto, neste nível de abstração (livro I de *O Capital*), duas formas de obter isso: ou eleva-se a produção de valor, dado o valor da força de trabalho (mais-valia absoluta), ou reduz-se o trabalho necessário, na mesma jornada de trabalho (mais-valia relativa).<sup>6</sup>

A mais-valia absoluta não se restringe à mera expansão da jornada de trabalho, como se costuma, corretamente, entendê-la, pois o que importa é a produção de valor que lhe resulta. Além disso, o capital pode, na mesma jornada, aumentar a intensidade do trabalho, que significa aumentar o ritmo do consumo do valor de uso da força de trabalho, no mesmo tempo. Assim, no mesmo tempo de trabalho, produz-se mais valor e, dado o valor da força de

<sup>6</sup> Neste sentido, importante considerarmos que no capítulo VII o Livro I de *O Capital*, intitulado “*A Taxa de Mais-Valia*”, Marx assim expôs: “a mais-valia está para o capital variável como o mais-trabalho para o necessário, ou a taxa da mais-valia  $m/v = \text{mais trabalho} / \text{trabalho necessário}$ . Ambas as proporções expressam a mesma relação de forma diferente, uma vez na forma de trabalho objetivado, outra vez na forma de trabalho em fluxo. A taxa de mais-valia é, por isso, a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista”. Ver: MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Volume I. Livro Primeiro: O processo de Produção do Capital. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 169.

trabalho, acresce-se a mais-valia. A razão de entender a intensidade de trabalho como se fosse determinante de mais-valia relativa é que não se distingue intensidade de produtividade do trabalho, o que, em Marx, é nítido.

A mais-valia relativa deve respeitar a norma social de pagamento do valor da força de trabalho. Assim, a redução do pagamento de salário, dado o valor produzido na jornada de trabalho, só pode ocorrer pela redução do próprio valor da força de trabalho. E este só pode ser reduzido se as mercadorias necessárias para recompor a capacidade de trabalho tiverem seus valores reduzidos. Como a magnitude do valor é dada pelo tempo de trabalho socialmente necessário, essas mercadorias terão seus valores reduzidos apenas se a produtividade em suas produções for acrescida.

O que leva os capitalistas que produzem essas mercadorias a aumentarem suas produtividades? Não é a consciência desses capitalistas em elevar a mais-valia relativa. Ao contrário, é a concorrência entre eles que os obriga a aumentarem suas produtividades (valores individuais reduzidos) frente aos concorrentes, para venderem (ao valor de mercado) com um mais valor extraordinário. Para Marx, estes capitalistas ao objetivarem a mais-valia extraordinária (determinada pela concorrência para todos os capitais), aumentam a produtividade média nesses setores, o que reduz o valor dessas mercadorias, diminuindo o valor da força de trabalho, elevando a mais-valia relativa.<sup>7</sup>

**Questão: Em *O' Capital* (e no “Capítulo VI – Inédito”) Marx desenvolveu dois conceitos centrais para a compreensão acerca da relação capital-trabalho e processo de acumulação capitalista, quais sejam: *subsunção formal* e *subsunção real* do trabalho ao capital. Como podemos explicá-los?**

**Marcelo Carcanholo:** O que Marx chama de subsunção do trabalho ao capital se relaciona com as consequências da compra/venda da força de trabalho. Quando o capital paga o valor da força de trabalho, adquire o direito de se apropriar do resultado do consumo de seu valor de uso (trabalho), durante um determinado período de tempo. Dito de outra forma, uma vez vendida a força de trabalho, esta passa a fazer parte da circulação do capital, assumindo uma forma do capital, o variável. Isto significa que o capital variável (força de trabalho) se subsume aos desideratos, desígnios, dessa lógica.

<sup>7</sup> José Paulo Netto, recuperando Tauile (2001), alertou que: “A mais-valia (ou o valor excedente) é uma só. Não há uma mais-valia que é relativa e a outra que é absoluta. [...]. O que pode ser absoluta ou relativa é a maneira de se incrementar a extração de valor excedente”. Ver: NETTO, José Paulo. *Economia política: uma introdução crítica* / José Paulo Netto, Marcelo Braz. – 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

A subsunção formal<sup>8</sup> do trabalho ao capital pode ser entendida, de uma forma bastante preliminar, justamente como a internalização do primeiro como uma forma do segundo. Isto tem várias implicações. Por exemplo, o capital passa a adquirir o direito de apropriar-se do resultado do processo produtivo (processo de trabalho e processo de valorização). Além disso, o capital também adquire o direito de gerenciamento, determinação de como concretamente esse processo produtivo irá se desenrolar (a duração da jornada de trabalho é um exemplo disto).

Quando o capital passa a alterar o processo concreto de trabalho, modificando seus aspectos determinantes, de acordo com a lógica de valorização do capital, a subsunção do trabalho ao capital deixa de ser apenas formal e se transforma em subsunção real<sup>9</sup>, uma vez que o conhecimento (consciência) do processo de trabalho vai se deslocando, crescentemente, de seu sujeito (o trabalhador) para o seu objeto (o produto, a mercadoria, os elementos da produção), o capital.

Assim, de forma bastante rápida, pode-se entender a subsunção formal do trabalho ao capital como o pressuposto da subsunção real, ou ainda, a subsunção real como a suprassunção da subsunção formal.<sup>10</sup>

<sup>8</sup> “Denomino subsunção formal do trabalho ao capital a forma que se funda no sobrevalor absoluto, posto que só se diferencia formalmente dos modos de produção anteriores, sobre cuja base surge (ou é introduzida) diretamente, seja porque o produtor (*producer*) atue como empregador de si mesmo (self-employing) seja porque o produtor direto deva proporcionar trabalho excedente a outros. [...]. O essencial na subsunção formal é o seguinte: 1) a relação puramente monetária entre o que se apropria do trabalho excedente e o que o fornece [...] É somente na condição de possuidor das condições de trabalho que, nesse caso, o comprador faz com que o vendedor caia sob sua dependência econômica; não existe qualquer relação política, fixada socialmente, de superioridade e subordinação. 2) o que é inerente à primeira relação - pois caso contrário o operário não teria que vender sua capacidade de trabalho - é que suas condições objetivas de trabalho (meios de produção) e condições subjetivas de trabalho (meios de subsistência) se lhe defrontam como capital, monopolizadas pelo comprador de sua capacidade de trabalho”. Ver: MARX, Karl. *O Capital. Livro I. Capítulo VI. (Inédito)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978, p. 56-57.

<sup>9</sup> “Com a subsunção real do trabalho ao capital, dá-se uma revolução total (que prossegue e se repete continuamente) no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre o capital e o operário. Na subsunção real do trabalho ao capital fazem sua aparição no processo de trabalho todas as modificações (changes) que analisáramos anteriormente. Desenvolvem-se as forças produtivas sociais do trabalho, e, por força do trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata. Por um lado, o modo capitalista de produção, que agora se estrutura como um modo de produção "sui generis", dá origem a uma figura modificada da produção material. Por outro lado, essa modificação da figura material constitui a base para o desenvolvimento da relação capitalista, cuja figura adequada corresponde, em consequência, a determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho”. Ver: MARX, Karl. Op. Cit. p. 66.

<sup>10</sup> Para Etienne Balibar (1991), a subsunção formal opera o controle do tempo de trabalho do trabalhador, através dos processos de divisão do trabalho, mecanização, métodos intensivos de trabalho e decomposição da produção em operações separadas, o que leva à subsunção real do trabalho ao capital sob as exigências da dinâmica de valorização. Em suas próprias palavras: “se pensarmos com cuidado, a ideia de subsunção “real” (que Marx opõe à subsunção meramente “formal”) vai muito além da integração dos trabalhadores ao mundo do contrato de rendas monetárias, do direito e da política oficial: implica uma transformação da individualidade humana, que se estende desde a educação da força de trabalho até a formação de uma ideologia dominante capaz de ser adotada pelos próprios dominados”. Ver: BALIBAR, Etienne; WALLERSTEIN, Immanuel. *Race, Nation, Class:*

Esta forma bastante simples de entender essas categorias corre o sério risco de subestimar, no mínimo, uma temática mais complexa, uma vez que Marx demonstra como essa questão se relaciona com toda a temática tratada em *O Capital*, como a relação entre fetichismo, alienação e mistificação, a consciência sobre o desenrolar e o resultado do processo produtivo, a base real concreta para categorias mistificadas como a “produtividade do capital”, as distintas formas concretas como o capital modifica o processo de trabalho (cooperação, divisão do trabalho, manufatura), a relação disso com a mais-valia absoluta e relativa, dentre outras.

**Questão: O Sr. concorda com a formulação de que vivemos um período de *crise estrutural do capital*? Ademais, a crise financeira que eclodiu em 2007-2008 representa uma crise cíclica do capital ou consiste em expressão da crise estrutural?**

**Marcelo Carcanholo:** Concordo com a afirmação de que o capitalismo passa, desde 2007-2008, por uma profunda crise estrutural.<sup>11</sup> Mas é preciso ser rigoroso com o significado do termo. Em primeiro lugar, deve-se recordar que Marx nunca usou o termo crise estrutural. Quando menciona o assunto, em diversos textos, o designa por crise, ou crise cíclica.

Em segundo lugar, uma teoria pode partir de Marx como referência e utilizar o termo crise estrutural do capital. Mas, se entende por crise estrutural do capital uma espécie de crise última (terminal) da sociedade capitalista, isso é algo completamente estranho ao pensamento de Marx. Não há nesse autor nenhum tipo de teleologia histórica, onde o resultado final está contido necessariamente nas determinações históricas iniciais e, portanto, não há nenhuma pré-determinação (econômica ou não) de que as contradições do capitalismo o levarão (via crises) ao seu sepultamento histórico. Em Marx, o tema das crises é regularmente não compreendido.

Não são poucos os autores que entendem que Marx considera a crise como a maior parte dos economistas (políticos), isto é, apenas um ponto de ruptura no processo de acumulação do capital. Ao contrário, para Marx a crise não era o ponto no ciclo que revertia o momento de maior crescimento para o início da depressão, embora em algumas passagens em que trata do assunto esse seja o sentido. Na verdade, Marx chamava de crises o processo de acumulação de capital, enquanto uma trajetória ao longo do tempo. Por isso é possível dizer que, para ele, crises cíclicas são, nesse sentido, uma redundância. Por isso também que, para

---

*Ambiguous Identities*. London; New York: Verso, 1991.

<sup>11</sup> Ver: MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. István Mészáros. São Paulo: Boitempo, 2009.

Marx, uma teoria das crises não é nada mais do que, em um nível de abstração menor, tratar da mesma teoria da acumulação de capital. Assim, a temática das crises em Marx é equivalente a tratar o processo de acumulação de capital como ele ocorre, de fato, na realidade concreta, por meio de flutuações cíclicas. A lei geral da acumulação capitalista se expressa, em suas determinações mais concretas, na necessidade e regularidade das crises cíclicas.

Seu caráter necessário significa que após um determinado período de crescimento a economia necessariamente entra em crise, que levará por sua vez a algum tempo de depressão/estagnação. Esgotado esse processo pós-crise, a economia volta a apresentar uma recuperação, que a levará de volta a uma nova fase de crescimento. O caráter regular desse processo cíclico significa, ao seu turno, que o mesmo ocorre com alguma regularidade temporal.

Isso não significa - como pode ser mal-interpretado - que o fenômeno seja mecânico e, portanto, os distintos momentos da trajetória cíclica sejam previsíveis. Significa apenas que sempre após determinado período de crescimento ocorrerá essa crise, sem nenhuma pré-determinação a priori de quando ocorrerá a reversão cíclica (crise). Da mesma forma, sempre após determinado período de estagnação, a reversão cíclica oposta (recuperação) também necessariamente ocorrerá, sem nenhuma estipulação apriorística de quando a reversão ocorrerá. É impossível antecipar exatamente no tempo tanto os momentos de reversão cíclica quanto as durações de cada uma das fases do ciclo. Na melhor das hipóteses, o que se pode fazer é caracterizar o ciclo específico já acontecido, e mesmo assim sujeito a debates interpretativos.

Entretanto, nem toda ruptura (crise) no processo de acumulação de capital se mostra como uma crise estrutural, o que faz com que os dois termos não possam ser tratados como sinônimos. As leis de funcionamento da sociedade capitalista são todas elas tendenciais, o que significa, dentre outras coisas, que seu processo de desenvolvimento é dialético e histórico. O processo de valorização e desvalorização do capital é a tona de sua trajetória de desenvolvimento, sendo que um leva necessariamente a outro. Assim como há uma historicidade (do) capitalismo – o que costuma ser mais tratado – também há uma historicidade (no) capitalismo, ou seja, as formas históricas de manifestação concreta dessas leis gerais da sociedade capitalista são construídas histórica e concretamente da forma que os processos sociais se caracterizam, pela luta de classes, com todas suas contradições e mediações, sem desprezar a importância dos elementos conjunturais.

Considero que é possível utilizar o termo crise estrutural do capital, a partir de Marx, se a forma histórica como o capitalismo sai dessa crise constrói uma nova historicidade para esse capitalismo. Outra forma de entender essa possibilidade é entendendo que uma crise estrutural representaria a impossibilidade histórica do capitalismo continuar desenvolvendo suas

leis tendenciais da forma histórica como vinha fazendo até aquele momento. Por isso nem toda crise cíclica se torna uma crise estrutural, mas toda crise estrutural é uma crise cíclica, que não define peremptoriamente o final dessa sociedade, mas, dialeticamente, abre as possibilidades para novas/outras formas de acumular capital.

A crise que estoura em 2007/2008 no capitalismo mundial é uma crise cíclica.<sup>12</sup> O capitalismo contemporâneo foi historicamente construído precisamente em função da resposta que o modo de produção capitalista encontrou para sua crise estrutural dos anos 60/70 do século passado. Suas possibilidades, limites, lógica, só são inteligíveis a partir dessas respostas. Essa resposta incluiu: (i) processo de reestruturação produtiva que, dentre outras coisas, promoveu a redução dos tempos de rotação do capital e, portanto, eleva a taxa anual ou periódica de mais-valia, conseqüentemente da taxa anual ou periódica de lucro (Marx, 1988, vol. III, seção II); (ii) reformas estruturais nos mercados de trabalho que implicaram no aumento da taxa de mais-valia, tanto nos países centrais da acumulação mundial de capital quanto nos países periféricos; (iii) aumento da parcela do valor produzido pelo capitalismo periférico para a apropriação/acumulação nos países centrais, seja por mecanismos ligados a concorrência dentro e entre setores produtores de mercadorias, ou ainda por formas de remessa de recursos como serviço da dívida externa e transferência de lucros e dividendos, em função do investimento direto estrangeiro; (iv) expansão dos mercados, dada a intensificação dos processos de abertura comercial e liberalização financeira, que estão na raiz do processo dado em (iii); (v) mudança da lógica de apropriação/acumulação do capital, segundo as determinações dadas pelo que Marx denominou de capital fictício.<sup>13</sup>

Cada um desses elementos constituintes da resposta do capital para sua crise estrutural dos anos 60/70 do século passado é importante o suficiente para exigir um tratamento rigoroso e pormenorizado dos seus efeitos. Entretanto, consideramos que o último aspecto – sempre dentro do contexto total da resposta capitalista a sua crise – nos permite destacar um dos ele-

<sup>12</sup> Ver: *Primeiro Dossiê de Textos Marxistas sobre a Crise Mundial*. Organizado pela Sociedade Brasileira de Economia Política – SEP e Grupo de Pesquisa Políticas para o Desenvolvimento Humano do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política, PUC – SP, 2008, p. 1-176. IN: [https://www.pucsp.br/desenvolvimento\\_humano/Downloads/Dossie\\_Crise.pdf](https://www.pucsp.br/desenvolvimento_humano/Downloads/Dossie_Crise.pdf) Acesso em: 29/05/2020.

<sup>13</sup> O conceito de *Capital Fictício* em *O' Capital* de Marx é um desdobramento da categoria capital portador de juros. O leitor que se restringe o livro I desta obra será incapaz de perceber a formulação de Marx, presente em toda a Seção V do livro III d'O Capital. Marx demonstrou que o processo de valorização das frações de capital especializadas no comércio de capital-dinheiro criou as condições para o desenvolvimento de títulos atrelados ao sacrossanto direito de propriedade sobre um fluxo futuro de rendimentos, derivados ou não de um capital real. Tais papéis ou títulos, lastreados ou não em capitais reais, Marx denominou capital fictício. Em suas próprias palavras: “Todos esses papéis representam de fato apenas direitos acumulados, títulos jurídicos sobre a produção futura, cujo valor monetário ou valor-capital ou não representa capital algum, como no caso da dívida pública, ou é regulado independentemente do valor do capital real que representam”. Ver: MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Volume V. Livro III. O processo global da produção capitalista (Tomo 1 e 2). São Paulo: Abril Cultural, 1988, p. 7.



mentos cruciais na identificação da lógica específica do comportamento do capitalismo contemporâneo.

O entendimento da categoria capital fictício em Marx só é possível dentro do que o autor chama de autonomização/substantivação das formas do capital. É possível demonstrar que o capital fictício é o desdobramento dialético do que este autor chama de capital de comércio de dinheiro, passando pelo capital a juros e culminando no capital fictício, no sentido de que a unidade contraditória do capitalismo expressa pelo processo de produção e o de apropriação do valor se acentua.<sup>14</sup>

Quando a lógica de emprestar uma determinada massa de capital, tendo como contrapartida a remuneração via juros, se generaliza na sociabilidade capitalista, todo rendimento obtido a partir de uma determinada taxa de juros aparece como se fosse resultado da propriedade de um capital com essa possibilidade. No limite, todo direito a apropriação de rendimento futuro, qualquer que seja a sua origem, passa a aparecer como a remuneração de uma propriedade de capital, exista este ou não. De fato, tanto é assim que esse direito de apropriação futura pode até ser repassado (vendido) no mercado para outros indivíduos, que adquirem esse direito de apropriação futura, em troca de uma determinada massa de valor-capital.

É dentro dessa lógica que o processo de liberalização (desregulamentação e abertura) dos mercados financeiros se constitui. Todo o processo de inovações financeiras (criação e expansão de instrumentos financeiros que, em sua grande maioria, nada mais significam que títulos de crédito que garantem ao proprietário a apropriação de um valor que ainda não foi produzido), incluindo aqui o famoso mercado de derivativos, se desenvolve a partir dos anos 70 do século passado, e se acelera desde então, como uma forma do capitalismo criar/encontrar/aprofundar espaços de valorização para uma massa de capital que estava, naquele momento, superacumulada, isto é, havia sido produzida em excesso, para além das condições de manutenção das taxas de lucro então observadas.

Esse processo constitui uma resposta fundamental do capitalismo para a sua crise estrutural anterior tanto pela constituição de um espaço adicional de valorização para o capital superacumulado, quanto pelo efeito que isso tem sobre a redução do tempo de rotação do capital total, como visto, também um dos elementos de reconstituição do processo de acumulação de capital naquele momento.

<sup>14</sup> Para aprofundar essa discussão Ver: CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996; *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, custos e consequências*. São Paulo, Boitempo, 2005. Ver: GERMER, Claus. *O sistema de crédito e o capital fictício em Marx*. Ensaios FEE, Porto Alegre, 1994. Ver também: CARCANHOLO, R; NAKATANI, P. “O Capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da Globalização”. Ensaios FEE, V. 20, nº 1, Porto Alegre, junho de 1999.

Todavia, a lógica crescente do capital fictício não implica apenas funcionalidade para o capital total, uma vez que ele, por sua própria constituição, não participa diretamente do processo de produção do valor. Portanto, o seu crescimento significa a expansão de títulos de apropriação sobre um valor que não é necessariamente produzido na mesma proporção. Quando uma massa crescente do capital se especializa na mera apropriação de valor, e este não é produzido na mesma magnitude, prevalece a *disfuncionalidade* do capital fictício para o modo de produção capitalista. Esta dialética do capital fictício, em sua funcionalidade e *disfuncionalidade* para o capital total, nos permite entender de alguma forma o capitalismo contemporâneo.

Enquanto prevaleceu a funcionalidade, em conjunto com os outros elementos da resposta do capitalismo para sua crise, o capitalismo apresentou alguma dinâmica de acumulação. A nova crise do capitalismo, que estoura em 2007/2008, se explica justamente pelo predomínio da disfuncionalidade da lógica do capital fictício para a acumulação do capital total. Ou seja, as raízes da atual crise do capitalismo são encontradas nas contradições próprias do capitalismo que são aprofundadas pela sua dinâmica de acumulação na contemporaneidade.

Ensaio anteriores do estouro dessa crise (da contradição da lógica de valorização fictícia de capital) do capitalismo contemporâneo foram vistos desde os anos 90 do século passado. O porquê estoura justamente em 2007 nos mercados subprimes imobiliários americanos, e depois se desdobra para uma crise de dívidas (soberanas) estatais, e culmina na atual fase potencializada pela crise pandêmica, é um tema longo e requer mais espaço. O importante a ressaltar é que essa crise ainda não se resolveu.

Essa crise que estoura em 2007 é uma crise estrutural do capital? A rigor, só poderíamos responder a posteriori, e seria uma resposta afirmativa se a forma histórica de acumulação capitalista modificasse sua forma (histórica), isto é, superasse a lógica de valorização fictícia do capital, que caracteriza o capitalismo contemporâneo, ou ainda se o capitalismo for historicamente superado, o que parece bem menos provável. O que sim já dá para afirmar é que esta crise cíclica não é igual às outras porque passou o capitalismo contemporâneo nestas cinco décadas.

Ela levou a contradição entre a produção e a apropriação do (mais) valor, aprofundada pela lógica do capital fictício, a um limite nunca antes visto. No exato momento em que escrevemos essa contradição não conseguiu ser “contornada” pelo capitalismo, ao contrário, só tem sido potencializada.

**Questão:** A Teoria Marxista da Dependência (TMD) operou uma síntese entre a teoria do valor-trabalho (TVT) de Marx, a teoria do imperialismo, com base fundamentalmente, em Lênin, e a partir dos debates sobre a questão colonial e nacional que emergiram logo nas primeiras décadas do século XX. Esta vertente teórica latino-americana contribuiu significativamente para evidenciar a relação de dependência estrutural das economias de certos países em relação ao centro do capital-imperialismo. Qual a importância da TMD para o debate teórico-político contemporâneo?

**Marcelo Carcanholo:** A TMD<sup>15</sup> continua tendo importância teórica e política no debate contemporâneo, e a explicação para isso é muito simples de entender. Ainda vivemos em uma sociedade mundial capitalista, e esta sociedade é a unidade dialética entre economias centrais imperialistas e economias dependentes. A divisão internacional do trabalho (valor, capital) faz com que distintas economias se integrem de forma diferenciada nessa economia mundial. Isso é constitutivo do capitalismo. Enquanto vivermos no capitalismo, viveremos em uma economia mundial, que é a síntese dialética desses dois polos inseparáveis.

Para além dessa obviedade, o resgate atual da TMD também se justifica por outras questões correlatas. Em primeiro lugar, ela não é a única perspectiva teórica que se debruça sobre a temática do (sub) desenvolvimento. A CEPAL<sup>16</sup> ou outras vertentes estruturalistas,

<sup>15</sup> “Participando do ambiente que permitiu renovar o marxismo latino-americano nos anos 1960 e 1970, a TMD foi erigida como tributária e continuadora do esforço autóctone para pensar as particularidades do capitalismo e a luta de classes no continente. Assim como Mariátegui integrara os temas raça e classe no debate sobre as questões agrária e indígena, com sua proposição de um socialismo indoamericano, e Guevara, no influxo da Revolução Cubana, colocara na ordem do dia o tema da revolução em nível continental, um grupo de intelectuais vinculados a organizações da esquerda revolucionária abriu o caminho para desvelar as leis próprias de funcionamento do capitalismo dependente latino-americano, enquanto modalidade *sui generis* da economia mundial, e pensar uma teoria que desse conta de explicá-lo. Seu legado teórico implicou a superação dos limites interpretativos próprios do desenvolvimentismo de inspiração cepalina e do monopólio do marxismo pela Terceira Internacional”. Ver: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias. *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 10. Dentre as principais obras impulsionadoras da Teoria Marxista da Dependência (TMD), devemos considerar os seguintes trabalhos. Ver: GUNDER FRANK, André. “*El desarrollo del subdesarrollo*”, *El nuevo rostro del capitalismo*. Monthly Review Selecciones em castellano, nº 4, n. 36, 1966, pp. 144-157. Ver: DOS SANTOS, Theotonio. *El nuevo carácter de la dependencia*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, Cuadernos del Centro de Estudios Sociológicos, nº 10, 1968, pp. 1-25. Ver: CAPUTO, Orlando; PIZARRO, Roberto. *Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales*. Santiago: Centro de Estudios Socio Economicos – CESO, Universidad de Chile, 1971. Ver: BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latinoamericano*. 2.ed. Florianópolis: Insular, [1971] 2013. Ver também: MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México: Ediciones Era, S. A. 1973.

<sup>16</sup> “A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi estabelecida pela resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social, de 25 de fevereiro de 1948, e começou a funcionar nesse mesmo ano. Mediante a resolução 1984/67, de 27 de julho de 1984, o Conselho decidiu que a Comissão passaria a se chamar Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. A CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede está em Santiago do Chile. Foi fundada para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi ampliado aos países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social. A CEPAL tem duas sedes sub-regionais, uma para a sub-

ainda que com nova roupagem, também podem ser citadas. O que há de específico na TMD é mostrar que o processo de desenvolvimento do capitalismo traz consigo, necessariamente, os determinantes da dependência e, portanto, é impossível superar a dependência, ao menos dentro dos marcos históricos do capitalismo. Isso não significa que uma ou outra economia não possa saltar de um lado a outro nessa dialética. Apenas que o capitalismo mundial requer a existência dos dois polos. Além disso, a referência teórica central para o entendimento do capital é Marx. Qualquer forma de tratamento teórico da dependência incorre nas limitações e compromissos político-ideológicos dessa referência. A vertente weberiana da dependência<sup>17</sup>, por exemplo, tem todas as limitações de uma interpretação weberiana.

Em segundo lugar, a TMD deixa claro que a temática do (sub) desenvolvimento não pode ser tratada desde um ponto de vista maniqueísta e positivista, isto é, como se estratégias corretas de desenvolvimento, aliadas à implementação correta de políticas econômicas – e há um forte debate sobre isso entre os ortodoxos conservadores e os reformistas estruturalistas – levassem as economias de estágios inferiores de subdesenvolvimento para estágios superiores de desenvolvimento. Dito de outra forma, a TMD permite resgatar o verdadeiro significado do termo desenvolvimento em Marx: a processualidade (dialética) das leis gerais do capitalismo. E, no plano da economia mundial, elas requerem inserções diferenciadas das distintas economias.

Em terceiro lugar, a TMD se contrapõe às visões marxistas mais oficialistas, oriundas das teses do socialismo em um país só (URSS, e agora talvez a China), e da necessidade política dos comunistas se aliarem aos desenvolvimentistas nos países dependentes, em última instância, em uma estratégia de revolução etapista; primeiro a revolução burguesa (desenvol-

---

região da América Central, situada na cidade do México, e a outra para a sub-região do Caribe, em *Port of Spain*, estabelecidas em junho de 1951 e dezembro de 1966, respectivamente. Além disso, tem escritórios nacionais em Buenos Aires, Brasília, Montevideu e Bogotá e um escritório de ligação em Washington, D.C”. Ver: <https://www.cepal.org/pt-br/cepal-0> Acesso em 27/03/2020. Ver também: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2000.

<sup>17</sup> Ver: CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. Ver também: CARDOSO, Fernando Henrique y SERRA, José. “*Las desventuras de la dialéctica de la dependencia*”. Revista Mexicana de Sociología, Número Extraordinario E/78, Instituto de Investigaciones Sociales UNAM, México, 1978, pp. 9-55. Neste artigo, CARDOSO e SERRA (1978) buscaram criticar a teoria marxista da dependência e as teses de Ruy Mauro Marini. Importante destacar que neste mesmo número da Revista encontra-se a resposta. Ver: MARINI, Ruy Mauro. “*Las razones del neodesarrollismo*” (respuesta a F. H. Cardoso e J. Serra). Revista Mexicana de Sociología, Número Extraordinario E/78, Instituto de Investigaciones Sociales UNAM, México, 1978, pp. 57-106. Para Fernando Henrique Cardoso, principal articulador da noção de desenvolvimento associado ao capitalismo, “é na heterogeneidade empresarial que vai estar ressaltada a especificidade do modelo dependente brasileiro, mostrando que não há como pensar o desenvolvimento nos moldes dos países centrais”. Ao contrário, “o desenvolvimento dependente e associado seria a única alternativa viável para que a economia brasileira conseguisse romper com seu atraso”. Ver também: TRASPADINI, Roberta. *A Teoria da (Inter) Dependência de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Outras Expressões, 2014. p. 47.

vimentista), que desenvolve as contradições capitalistas e permite a outra etapa, a revolução socialista. A TMD mostra que a luta contra a dependência exige uma concepção anticapitalista, desde o início, e que as estratégias desenvolvimentistas, ao desenvolverem as leis capitalistas nas economias dependentes, no melhor dos casos, modificam apenas a forma da dependência, mas não modificam seu caráter estrutural, capitalista.

Só esses elementos – e certamente não são os únicos – já nos permitiram responder afirmativamente a pergunta sobre a importância do resgate da TMD. Mas esse resgate não pode ser feito de forma acrítica, como se a teoria contivesse todas as explicações para as determinações e legalidades sociais que se procura explicar, independentemente das distintas formas históricas em que elas aparecem. Esse resgate acrítico não é novidade no marxismo, e o próprio Marx foi vítima disso incontáveis vezes.

Para esse resgate acrítico, explicita-se isso ou não, tudo o que Marx descobriu em *O Capital* não só é necessário, mas também seria suficiente para entender o funcionamento do capitalismo em qualquer época histórica e realidade específica. É curioso notar que muitas críticas que os teóricos originais da TMD receberam do marxismo (oficial) tinham exatamente este sentido, como se eles procurassem contrariar Marx.

O objetivo desses teóricos não era diminuir, contrariar Marx. Ao contrário. Tratava-se de ser radicalmente marxista! Ele tinha entendido que as leis gerais de funcionamento do capitalismo são de tendência, historicamente determinadas, com formas (históricas) distintas de manifestação, e sujeitas a variadas determinações mais concretas e específicas em lugares específicos. Os teóricos da TMD tinham entendido Marx, ao contrário de muito marxista!

Ruy Mauro Marini<sup>18</sup>, por exemplo, em sua principal obra teórica, *Dialética da Dependência*, inicia o texto ressaltando que o principal problema no marxismo (convencional) é

<sup>18</sup> Ruy Mauro Marini (1932-1997). Economista e sociólogo brasileiro. É uma das principais referências da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Nascido em Barbacena, Minas Gerais, estudou Direito na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (posteriormente denominada UFRJ). Logo após iniciou estudos de Ciências Sociais na Escola Brasileira de Administração Pública (Ebp), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), momento no qual, foi orientado pelo Sociólogo Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982). Estudou na França entre 1958 e 1961. Ao regressar ao Brasil liga-se à Organização Política Operária (Polop). Entre 1962-1964 foi professor da Universidade de Brasília (UNB). No entanto, com o golpe militar de 1964, foi exilado no México (1964-1969), Chile (1969-1973). Neste último país atuou no âmbito do Movimento de Izquierda Revolucionária – MIR. Com o golpe militar chileno, parte mais uma vez rumo ao Panamá, México e Alemanha. Em 1974 assumiu o cargo de professor do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM). Em 1977 fundou o Centro de Informação, Documentação e Análise do Movimento Operário da América Latina (Cidamo), que funcionou até 1982. Ver: MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. México: Ediciones Era, S. A. 1981.; MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência / uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini; organização e apresentação de Emir Sader*. - Petrópolis: RJ: Vozes; Buenos Aires, CLACSO, 2000.; MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência / Roberta Traspadini, João Pedro Stédile (orgs)*. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2005. Ver: MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Florianópolis, Editora Insular, 2013. Ver artigos no “*Archivo Ruy Mauro Marini*”, dentre os quais: [Plusvalia extraordinaria y acumulación de capital](#) (1979); *El ciclo del capital en el economía dependiente* (1979); *El concepto de trabajo producti-*

que este tratou *O Capital* como se contivesse todas as explicações para a especificidade latino-americana. Ele destaca também o erro análogo com sinal contrário. Ao se deparar com uma realidade que não se encaixa no conceito abstrato (*O Capital*), pode-se desconsiderar integralmente aquela teoria, caindo em um pragmatismo meramente empírico ou em ecletismo teórico inconsequente.<sup>19</sup>

O risco de um resgate acrítico dos teóricos da TMD é fazer com eles exatamente o que Marini criticava na postura do marxismo (oficial) com Marx. O resgate acrítico de Marini (e seus companheiros/as) pode tratar esses autores como infalíveis; entendendo as leis específicas do capitalismo dependente como válidas em qualquer contexto histórico e espacial em que estivesse presente a dependência. De resgate transforma-se em dogma, religião. Faz-se com Marini e os demais teóricos da TMD exatamente o que estes criticavam.

O resgate da TMD é necessário e fundamental para o debate contemporâneo, mas não pode ser acrítico. Esse resgate crítico deve perceber que os determinantes estruturais da dependência não se manifestam da mesma forma em todos os contextos históricos, e nem em todas as regiões dependentes. Se há uma historicidade no capitalismo, também há uma historicidade na dependência, isto é, existe uma dependência contemporânea específica que se articula dialeticamente com o imperialismo contemporâneo, no que conforma o capitalismo contemporâneo. Essas especificidades concretas, por razões óbvias, não são inteligíveis diretamente dos teóricos originais da TMD. É preciso ser radicalmente marxista, e entender as determinações concretas da contemporaneidade a partir da própria realidade contemporânea.

**Questão: Quais são os fundamentos da reprodução do capitalismo dependente? Podemos afirmar que a superexploração da força de trabalho e a transferência de valor constituem-se como os mecanismos indispensáveis à dependência estrutural?**

---

vo (1993) e *Las raíces del pensamiento latino-americano* (1994). IN: <http://www.marini-escritos.unam.mx/index.html> Acesso em 03/04/2020.

<sup>19</sup> Para Marini (2005), “em sua análise da dependência latino-americana, os pesquisadores marxistas incorreram, geralmente, em dois tipos de desvios: a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato, ou a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde para aceitá-lo em sua formulação pura. No primeiro caso, o resultado tem sido os estudos marxistas chamados de ortodoxos, nos quais a dinâmica dos processos estudados se volta para uma formalização que é incapaz de reconstruí-la no âmbito da exposição, e nos que a relação entre o concreto e o abstrato se rompe, para dar lugar a descrições empíricas que correm paralelamente ao discurso teórico, sem fundir-se com ele; isto tem ocorrido, sobretudo, no campo da história econômica. O segundo tipo de desvio foi mais frequente no campo da sociologia, no qual, frente à dificuldade de adequar a uma realidade categorias que não foram desenhadas especificamente para ela, os estudiosos de formação marxista recorrem simultaneamente a outros enfoques metodológicos e teóricos; a consequência necessária desse procedimento é o ecletismo, a falta de rigor conceitual e metodológico e um pretense enriquecimento do marxismo, que é na realidade sua negação”. (Marini, 2005, p. 137-138).



**Marcelo Carcanholo:** É possível afirmar que as duas principais categorias que conformam as características centrais de uma economia dependente são a superexploração da força de trabalho e os mecanismos de transferência de valor. Mas é preciso ser extremamente rigoroso no significado de cada uma delas, e na forma como se articulam no que conforma as determinações estruturais e conjunturais da dependência.<sup>20</sup>

Pode-se entender a condição dependente<sup>21</sup> a partir dos seguintes componentes: (i) superexploração da força de trabalho; (ii) transferência de valor para as economias centrais no plano do comércio internacional (troca desigual); (iii) remessa de (mais) valor para as economias centrais, sob outras formas (pagamento de juros e amortizações de dívidas, transferências de lucros e dividendos, pagamento de royalties, etc.); (iv) alta concentração de renda e riqueza; e (v) agravamento dos problemas sociais. Mais do que o conjunto desses cinco elementos, o que define a condição dependente é a articulação concreta dos mesmos, no que pode ser definido como a forma concreta como se *desenvolve* o capitalismo dependente.

Os componentes (ii) e (iii) definem os condicionantes estruturais da dependência, na medida em que representam os mecanismos de transferência de (mais) valor que é produzido nas economias dependentes mais é apropriado e acumulado nas economias imperialistas.

Do ponto de vista do comércio de mercadorias (ii), a transferência de valor pode ser entendida em três níveis distintos de abstração em relação ao que regula as trocas, o valor. Em um primeiro nível, considerando que distintos capitais podem produzir uma mesma mercadoria, com diferentes graus de produtividade, isso implica que cada um dos capitais possuiria valores individuais distintos, tanto menor quanto maior a produtividade do capital em questão. Como a mercadoria é vendida pelo valor de mercado, ou social, segundo o tempo de trabalho socialmente necessário, os capitais com produtividade acima da média venderiam suas mercadorias pelo valor de mercado, apropriando-se, portanto, de uma mais-valia para além daquele que eles mesmos produziram, a mais-valia extraordinária. Assim, neste nível de abstração mais elevado, a lei do valor, no plano da economia mundial, implicaria que economias que

<sup>20</sup> Ver: CARCANHOLO, M. D; AMARAL, M. S. *Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente*. IN: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias. *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

<sup>21</sup> Para Ruy Mauro Marini existe uma relação estrutural de dependência, entre o continente latino-americano e os centros capitalistas europeus, como relação de subordinação. Para este autor: “[...] as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. Ver: MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. IN: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro. *Ruy Mauro Marini – vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 141.

possuem capitais com produtividade abaixo da média mundial tenderiam a produzir mais valor do que realmente conseguem se apropriar.<sup>22</sup>

Um segundo mecanismo de transferência se apresenta quando consideramos um nível de abstração menor nas trocas mercantis. Nos termos de Marx, quando saímos do plano da concorrência dentro de um mesmo setor, e consideramos a concorrência entre distintas esferas de produção, naquilo que este autor trabalhou como a formação dos preços de produção e da taxa média de lucro, temos o aparecimento de um lucro extraordinário para aqueles setores que produzem com maior produtividade em relação à média da economia. Setores que produzem suas mercadorias específicas com composição orgânica do capital (produtividade) acima da média apresentarão um preço de produção de mercado acima dos valores de mercado e, portanto, venderão suas mercadorias por um preço que lhes permitirão apropriar-se de mais valor do que produzirem.

O contrário acontece para aqueles setores que produzem suas mercadorias - distintas das produzidas nos primeiros setores – com produtividades abaixo da média da economia como um todo. Aqui temos o segundo mecanismo de transferência de valor. Como os capitais nas economias dependentes tendem, em média, a possuir produtividades abaixo da média de todos os setores da economia mundial, ocorre a transferência de uma parte da mais-valia produzida nas economias dependentes, que será apropriada, na forma de um lucro médio superior à mais-valia produzida, pelos capitais operantes nas economias centrais.

Quando determinados capitais possuem um grau de monopólio razoável em seus mercados específicos, isso faz com que eles possam manter, por determinado tempo, preços de mercado por sobre os preços de produção de mercado, isto é, sustentar temporariamente volumes de produção abaixo das demandas. Como os preços de mercado estariam, nessa situação, acima dos preços de produção, para além das oscilações conjunturais, esses capitais poderiam se apropriar de um lucro efetivo acima do médio, uma massa de valor apropriado além daquele que, de fato, foi produzido por esses capitais.

Esses três mecanismos – apenas no plano do comércio mundial, da troca desigual, nos termos de Marini – nos ajudam a entender um condicionante estrutural da dependência; o fato de que, apenas no plano da circulação de mercadorias, já é possível entender a forma heterogênea de inserção na economia mundial. Economias centrais, com tendência de possuir capitais com maior composição orgânica do capital em relação à média (do seu setor e entre ou-

<sup>22</sup> Uma boa discussão sobre a categoria transferência de valor também pode ser encontrada em: LUCE, M. S. *Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

tros setores de produção), tendem a se apropriar de um valor produzido por capitais operantes nas economias dependentes.

O componente estrutural da dependência (iii) que se relaciona ao serviço do capital (externo) é definido pelo fluxo internacional de capitais, entrada e saída de capitais de determinada economia. Como as economias dependentes são importadoras desse capital, seu serviço (pagamento de amortizações, juros, dividendos, e outros) implica outra forma de apropriação de (mais) valor produzido na economia dependente, mas apropriado em economias imperialistas.

O capitalismo dependente, para desenvolver-se (de forma capitalista), necessita compensar esses mecanismos de transferência de valor. Nessa dialética entre a produção e a apropriação, o capitalismo dependente se vê obrigado (esta é sua característica marcante) a aumentar a produção de valor, para que uma massa desse mais-valor aumentado possa fazer parte da dinâmica interna de acumulação. Esse aumento na produção de valor só pode ser feito com a elevação da exploração, elemento que define a produção de valor no capitalismo, dependente ou não. Por isso é que esse mecanismo de compensação (iii) foi denominado de superexploração da força de trabalho.

Entretanto, até pela utilização desse termo, mas não apenas por isso, essa categoria provocou inúmeros e intermináveis debates. O que pode ser mencionado neste curto espaço é que o próprio Marini – e vários de seus seguidores – também chamaram de superexploração as distintas formas de elevar essa taxa de exploração, que terminavam por se apresentar na não equivalência entre os salários e o valor da força de trabalho. Várias das incompreensões sobre essa categoria tem sua origem na utilização de um mesmo termo para duas coisas relacionadas, a necessária compensação da transferência de valor (o que é característico da dependência) e as distintas formas de elevar a exploração (que podem ser implementadas inclusive em economias imperialistas). Não há espaço para tratar de todas as questões relacionadas às (in) compreensões sobre esta categoria. Para o propósito desta entrevista, basta mencionarmos que a categoria (superexploração da força de trabalho), entendida como a necessidade de compensar a transferência de valor, é o que distingue as economias dependentes.

Essa superexploração da força de trabalho, que redundava em um pagamento de salário para a força de trabalho abaixo do seu valor, produz uma distribuição regressiva tanto da renda como da riqueza na economia dependente (iv), assim como a intensificação das mazelas sociais (v), aprofundando uma característica já própria de qualquer economia capitalista.

Se o que discutimos anteriormente faz algum sentido, os elementos (ii) e (iii), isto é, as distintas formas em que a economia dependente transfere parte do seu (mais) valor produzido

para as economias centrais, definiriam os condicionantes estruturais da dependência. A situação concreta das economias dependentes é dada, em momentos históricos específicos, por estes últimos, aliados aos determinantes conjunturais da situação externa: (a) o crescimento da economia mundial, que dá as possibilidades de mercados externos para os produtos exportados pelas economias dependentes, ou seja, o que define as condições de realização do valor produzido pela economia dependente no mercado mundial; (b) a situação específica do mercado de crédito internacional, que define o volume de capitais externos disponível no cenário internacional, passível de ser atraído para as economias dependentes, a fim de financiar os problemas estruturais de contas externas, assim como o preço (taxa de juros) necessário para essa atração.

Quando o cenário externo é favorável, com a economia mundial crescendo e facilidade na obtenção do crédito internacional, existe tendencialmente maior margem de manobra para as economias dependentes poderem contornar os condicionantes estruturais de sua dependência. Quando os elementos conjunturais se agravam – em um cenário de crise mundial aguda, como se vive neste momento, por exemplo – a condição estrutural dependente é agravada.

**Questão:** Na sua avaliação, existe relação entre a superexploração da força de trabalho e o racismo estrutural? É possível afirmar a existência da categoria superexploração racial da força de trabalho?

**Marcelo Carcanholo:** Parece-me que é possível pensar uma relação entre a superexploração da força de trabalho e o racismo estrutural<sup>23</sup>, e até na possível existência do que chamamos de superexploração racial da força de trabalho. Mas é preciso ser bastante cuidadoso no seu entendimento.

Primeiramente, seria necessário deixar bem claro o que se entende por superexploração da força de trabalho. Como vimos, essa categoria pode ser entendida como uma categoria específica da economia dependente, em sua necessidade de compensar os distintos mecanismos de transferência de valor, via elevação da taxa de exploração, e/ou como apenas o elenco de distintas formas de redução dos salários para níveis inferiores ao valor da força de trabalho. Como esse duplo entendimento pode gerar confusões/incompreensões a respeito da categoria, o mesmo poderia acontecer na ampliação de seu escopo para integrar a temática do racismo estrutural.

<sup>23</sup> Ver: ALMEIDA, S. L. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

Entendendo a superexploração como a categoria fundamental da dependência para responder aos mecanismos de transferência de valor, o racismo estrutural ajudaria a entender a forma histórica como a superexploração se desenvolveu desde a época colonial e continua, concretamente, se apresentando. Ou seja, como uma das formas de acumulação (e não apenas primitiva) do capital dependente, ao promover, incentivar e legitimar formas de elevação da exploração, com base no racismo estrutural. Isso permite ao capitalismo dependente elevar a taxa de mais-valia, possibilitando uma maior dinâmica de acumulação interna de capital, contornando (e até alimentando!) os canais de transferência de valor.

Por outro lado, se entendida a superexploração apenas como formas de reduzir os salários para níveis inferiores ao valor da força de trabalho, isso se estenderia para além das economias dependentes, passando a fazer parte da dinâmica da acumulação em economias imperialistas. Nesse sentido, o racismo estrutural seria uma forma extremamente funcional de o capital acelerar sua acumulação. Mas é preciso deixar claro que este entendimento não se restringiria ao capitalismo dependente, fazendo com que a categoria, repensada neste sentido, deixasse de ser específica da dependência.

Em segundo lugar, é preciso deixar claro que o capitalismo (re) cria outros e diversos mecanismos de opressão, chegando até a aprofundar e desenvolver mecanismos que lhe são pré-existentes na história, mas conferindo-lhes um novo conteúdo, a lógica do capital. Nesse sentido, eles passam a fazer parte das leis gerais de acumulação de capital, de forma que a exploração da força de trabalho passa a ter determinantes mais concretos na própria diferenciação e heterogeneidade na composição dessa força de trabalho. Essas distintas formas de opressão (racismo, patriarcado, xenofobia, lgbtfobia, etc.) se sobrepõem e aprofundam a exploração da classe trabalhadora.

O impacto dessa determinação concreta da exploração por diversas formas mais concretas de opressão permite a elevação da taxa de mais-valia e, portanto, o crescimento da acumulação de capital. Isso é funcional para o capitalismo. Do ponto de vista do capitalismo dependente, reposiciona e aprofunda as formas concretas de superexploração, como necessidade de responder aos mecanismos de transferência de valor.

Esse processo ainda tem impactos no controle social, no aprofundamento da alienação/estranhamento e na capacidade de uma luta anticapitalista. Não é apenas uma forma de redução salarial. A funcionalidade para o capital vai além. Como esses mecanismos de opressão significam necessariamente violência e morte, isso garante para o capital um aprofundamento da desestruturação da classe trabalhadora (na ativa e do exército industrial de reserva,

assim como de seus componentes específicos), a fragmentação da consciência (de classe) e das lutas anticapitalistas.

Em suma, considerando as diversas formas de opressão necessárias para o capital concretizar o aumento da exploração da força de trabalho, pensar uma concretização maior da categoria superexploração deve, necessariamente, levar em conta essa diversidade e sobreposição funcionais para a acumulação de capital, e em específico na forma diferenciada como o faz nas economias dependentes.